

## DESAFIOS DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE PESSOAS JOVENS, ADULTAS E IDOSAS: reflexões sobre as vivências na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte

*Chrisley Soares Félix<sup>1</sup>*

*Dulce Constantina de Souza Santos<sup>2</sup>*

*Júlia Teresa Vieira Leite<sup>3</sup>*

*Eixo temático 5. Alfabetização e educação de jovens, adultos e idosos*

### Resumo

Este artigo tem por objetivo discutir sobre alguns aspectos relacionados ao processo de aprendizagem inicial da escrita e da leitura na Educação de Jovens e Adultos (EJA), destacando as especificidades dos sujeitos dessa modalidade de ensino e os desafios enfrentados por eles/as e pelos/as educadores no novo cenário produzido em função da COVID-19. Para tanto, buscou-se analisar experiências vividas ao longo do ensino remoto para a EJA na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, por meio da escuta de professores e demais sujeitos envolvidos no processo desafiador de mobilizar e criar estratégias para interação e ensino de habilidades relacionadas ao ler e escrever. Tendo como principais referenciais teóricos Magda Soares, Paulo Freire e as Proposições Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos do município de Belo Horizonte, o artigo pretende estabelecer um diálogo acerca das possibilidades e desafios docentes para a alfabetização do público dessa modalidade de ensino durante a pandemia. Espera-se, por meio deste trabalho, uma reflexão que permita entender a importância de se considerar a condição de não criança desses sujeitos, a necessidade de valorização de seus conhecimentos prévios e de se pensar

---

<sup>1</sup>Doutora em Educação. Professora na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. Contato: chrisleysoares@gmail.com

<sup>2</sup> Professora alfabetizadora na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, atualmente na coordenação pedagógica da EJA.

<sup>3</sup> Licenciada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais e bacharelada em História na mesma universidade. Contato: teresa.jtvl@gmail.com

temáticas que sejam significativas a eles no percurso de desenvolver as habilidades relacionadas à leitura e à escrita.

**Palavras-chaves:** alfabetização; Educação de Jovens e Adultos; ensino remoto.

## **Introdução**

A Educação de Jovens e Adultos é caracterizada, ao longo de sua história, por diversas iniciativas de atendimento a sujeitos que, em função de desafios e impossibilidades de frequentar a escola ou continuar nela, precisaram se afastar, retomando tempos depois seus estudos.

Nesse artigo, o foco está nos sujeitos que por algum motivo não tiveram a oportunidade de aprender a ler e a escrever. São geralmente pessoas mais velhas que, em sua maioria, não tiveram acesso a práticas alfabetizadoras que lhes oportunizassem dominar o sistema de escrita alfabética. Falaremos, ainda, desse processo em um contexto peculiar e que exige de todos/as mudanças de paradigmas e novas propostas pedagógicas: a pandemia causada pelo COVID-19.

A Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte tem um histórico de atendimento aos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos desde 1971. Ao longo desse tempo, várias mudanças ocorreram no que se refere às concepções de ensino, de educação de jovens e adultos, de processos alfabetizadores, entre outros aspectos.

Atualmente, há uma política que atende a aproximadamente 3400 (três mil e quatrocentos) estudantes em turmas de alfabetização, sendo cerca de 135 (cento e trinta e cinco) professores regentes dessas turmas. Também há no município as denominadas turmas “mistas”, que são compostas tanto por estudantes em processo de certificação quanto por sujeitos em diferentes fases do processo de alfabetização e letramento.

As condições de vida desses sujeitos, que em sua maioria são trabalhadores, impõem a eles desafios que acabam delineando um perfil característico da EJA. Via de regra, estudam à noite e chegam à escola cansados após o dia de trabalho. Por isso, além dos conhecimentos pedagógicos relacionados à aprendizagem da leitura e da escrita, a exigência por práticas motivadoras, que despertem o interesse, a concentração e o envolvimento com o objeto de conhecimento é ainda mais forte.

Assim, o que já era um desafio tornou-se, em março de 2020, um desafio ainda

maior. Em função da pandemia, as escolas foram fechadas e a prática pedagógica passou a ocorrer de maneira remota, impondo uma nova forma de interação e de ensino. Nesse contexto, dificuldades surgiram e estratégias foram criadas a fim de garantir aos educandos, ainda que à distância, o direito à alfabetização.

### **Histórico da EJA no Brasil**

As turmas de alfabetização da Educação de Jovens e Adultos são marcadas pelo atendimento a sujeitos que, em sua maioria, tiveram o direito de frequentar a escola negado e que, anos depois, já mais velhos, retornam ou têm a chance de frequentar uma escola pela primeira vez.

A primeira Constituição Brasileira, de 1824, apontava para a instrução primária e gratuita para todos os cidadãos, aspecto que, apesar de previsto em lei, não aconteceu na prática, uma vez que recursos não foram disponibilizados para esse fim (Haddad, 2002).

Em 1920, o Censo Demográfico registrou um percentual de 72% de pessoas acima de cinco anos analfabetas, um número expressivo e que evidenciava a necessidade de um movimento de melhoria da oferta de educação escolar.

Em 1934, a Constituição coloca a educação como direito de todos e dever do Estado, incluindo àqueles que não tiveram acesso à escolarização na idade esperada.

Vários movimentos foram efetivados para ampliar a oferta da educação de jovens e adultos e reduzir a taxa de analfabetismo. Devido às várias ações promovidas entre 1940 e 1950, no ano de 1960, o Censo indica queda de 72% para 46,7% de analfabetos. Apesar do aumento significativo de pessoas alfabetizadas, o quantitativo de brasileiros analfabetos ainda era expressivo.

Em 1958, aconteceu o II Congresso Nacional da Educação de Adultos, que apontou como preocupação principal a necessidade de redefinir a EJA, repensar as práticas pedagógicas e a visão que se tinha dos jovens e adultos analfabetos. Ficou evidente no evento a necessidade de não apenas alfabetizar, mas preparar esses sujeitos para exercerem seus direitos, posicionarem-se criticamente frente à realidade social.

Ao longo das décadas, várias outras ações e políticas direcionadas à alfabetização de jovens e adultos foram sendo construídas e também “desconstruídas”, uma vez que o que marca essa modalidade de ensino são esses

avanços e retrocessos.

No que diz respeito à valorização da modalidade, historicamente há uma tendência a não atentar para as especificidades desses sujeitos adultos analfabetos. Assim, o que acontece, via de regra, é a transposição na EJA de materiais, metodologias e conteúdos formulados para as crianças. Tal situação deve-se muito a uma falha na formação de professores, que não é pensada para atender esse perfil de educandos e ao fato de muitos dos docentes responsáveis por alfabetizar terem formação em outras áreas do conhecimento que não a alfabetização.

### **A EJA na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RME-BH)**

A Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal de Educação (RME-BH) é caracterizada por um processo de transformações ao longo da história, com alguns momentos marcantes de quebras de paradigmas e mudanças no olhar para a educação ofertada ao público dessa modalidade de ensino.

Em 1971, esse processo de atendimento ao público jovem e adulto foi feito por meio do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

O caráter da ação alfabetizadora proposta pelo Mobral era nitidamente provisório: o que se propunha era a sua extinção assim que o problema do analfabetismo fosse equacionado. Como decorrência desse fato, em Belo Horizonte, a comissão municipal organizou cursos de alfabetização com escassa vinculação com a rede escolar básica, característica também perceptível em âmbito nacional (BELO HORIZONTE, 2016, p.15).

Na década seguinte, houve, no município, uma ampliação da oferta de vagas para atendimento a esses sujeitos, havendo turmas em mais de 60 (sessenta) escolas da RME-BH. Tal expansão está relacionada à redemocratização e à promulgação da Constituição Federal de 1988 (Belo Horizonte, 2016).

Enquanto o país passava por um novo retrocesso no atendimento aos sujeitos da educação de jovens e adultos, a RME-BH ampliava as vagas e o olhar aos sujeitos atendidos. A cidade se destacou nacionalmente nessa década “pela sensibilidade no atendimento às demandas dos setores populares, ampliando a oferta de vagas para o público jovem e adulto, apesar das dificuldades financeiras” (BELO HORIZONTE, 2016, p. 16).

Com o olhar direcionado às especificidades dos estudantes da EJA, a política

foi se qualificando ao longo dos anos. Como forma de fortalecimento da política para EJA, em 1995 é realizado um Seminário para discutir as singularidades do público da EJA, o perfil ideal de atendimento a esses sujeitos e para socializar práticas bem sucedidas de educadores da modalidade.

O processo de cuidado e garantia do direito continuou sendo discutido e implementado, sendo realizadas algumas ações sociais que tiveram impacto direto na vida e relação com a escola, como distribuição de kits literários, atendimento a públicos específicos em espaços e horários que os possibilitasse frequentar as aulas, entre outras ações.

Em 2000, a EJA vira pauta de discussão no Conselho Municipal de Educação (CME).

No CME-BH, o processo de discussão da regulamentação da EJA envolveu, principalmente, trabalhadores em educação das escolas municipais, estudantes jovens e adultos e representantes dos gestores da educação do município. Questões relacionadas à concepção, estruturação e organização, financiamento, currículo, tempos e espaços, perfil do estudante, alfabetização, processos pedagógicos e formação docente foram exaustivamente debatidas, gerando a edição do Parecer 093/2002, de 07/11/2002, que estabeleceu as diretrizes para a regulamentação da EJA nas escolas municipais de Belo Horizonte. No ano seguinte, por meio da Resolução nº 001/2003, de 5 de junho de 2003, o CME-BH regulamentou a Educação de Jovens e Adultos no Sistema Municipal de Ensino de Belo Horizonte, criando condições para que as escolas municipais implantassem essa modalidade de ensino (BELO HORIZONTE, 2016, p.20).

Ao longo dos anos, a EJA foi sendo construída, “redesenhada”, reorganizada. Atualmente, vivendo um cenário de ensino remoto desde março de 2019, novas estratégias foram criadas. Uma característica do público da EJA é o número de evasões escolares quando as aulas são interrompidas, e a pandemia agravou a situação. O maior desafio tem sido com os estudantes das turmas de alfabetização. Por não terem a alfabetização concretizada ou terem pouca familiaridade com leitura e escrita, muitos estão enfrentando sérias dificuldades para dar continuidade aos estudos em função de as atividades estarem sendo ofertadas remotamente.

Nesse cenário, o foco da RME-BH se direcionou à socialização de práticas exitosas de atendimento a esses sujeitos em processo inicial de alfabetização, organização de um processo denominado “busca ativa” que objetiva buscar aqueles alunos que a escola não tem conseguido contato no período pandêmico para saber quais são as condições deles e de suas famílias no contexto de crise e pandemia e

para entender porque se afastaram da escola, bem como traçar estratégias para que haja continuidade da escolarização.

Direcionado aos professores, dando continuidade a uma ação que teve início em 2019, há uma parceria com a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG) direcionada à elaboração de material de estudo e formação continuada para professores da EJA.

Em 2021, o foco são professores de turmas de alfabetização. Em parceria com o CEALE (Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita) da FaE/UFMG, professores da RME-BH foram convidados a elaborar um material que dê aos professores alfabetizadores da EJA uma formação teórica mais aprofundada sobre aspectos fundamentais do processo de alfabetização, numa perspectiva que valoriza os sujeitos e aponta também propostas pedagógicas. Esse processo de elaboração de material de estudo teve início no fim de 2019 e o início da formação dos professores alfabetizadores da EJA da Rede está previsto para agosto de 2021.

Esse é um marco importante na história da EJA na RME-BH uma vez que, apesar de ela ter um histórico de formações constantes aos educadores, é a primeira vez que se direciona um material com uma formação pensada para discussão específica de aspectos relacionados à aprendizagem do sistema de escrita alfabético de jovens e adultos e que conta com a participação de professoras alfabetizadoras na elaboração. O que se pretende é uma educação de qualidade que ofereça aos educadores base teórica atrelada a possibilidades práticas que permitam aos sujeitos analfabetos dominar a leitura e a escrita, ou seja, conseguir ler e escrever autonomamente, ainda que sem atender, a priori, à norma culta padrão.

### **Os sujeitos das turmas de alfabetização da EJA: desafios desse processo em contexto pandêmico na RME-BH**

A entrada do adulto analfabeto no mundo da escrita ocorre, simultaneamente, pelo processo de aquisição do sistema de escrita alfabético e pelo uso desse sistema em atividades de leitura e de escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita.

O processo de alfabetização de sujeitos adultos se caracteriza, ao longo da

história, por ser desafiador, dadas as especificidades desse público, em geral constituído por pessoas excluídas socialmente, sendo comum situações relacionadas a pobreza, fome, violência doméstica e estigmatização.

Dadas as especificidades desses sujeitos, a maturidade e vivência que carregam consigo, percebe-se que esses estudantes chegam à escola com um conhecimento significativo sobre práticas que envolvem a leitura e escrita, apesar de não dominarem o que denominamos sistema de escrita alfabético (fundamental para ser capaz de ler e escrever com autonomia). Eles são capazes de ler imagens, identificar as funções de diversos gêneros textuais e criar estratégias para explorá-lo e interpretá-lo utilizando-se de elementos que não a escrita.

É comum, por exemplo, um analfabeto adulto conseguir identificar o local onde precisa chegar por meio da memorização das imagens das letras que compõem o nome do lugar, mas isso não implica na leitura do conjunto de letras transformando em palavras.

De acordo com Soares (2008, p. 36), alfabetização é “o processo de aquisição e apropriação do sistema de escrita, alfabético e ortográfico”. Segundo a autora, é essencial que esse processo aconteça de forma que não apenas haja a aprendizagem da codificação e decodificação, mas o entendimento e uso social das habilidades relacionadas à escrita e leitura, o que é denominado letramento, descrito como “como a participação em eventos variados de leitura e de escrita, e o consequente desenvolvimento de habilidades de uso da leitura e da escrita nas práticas sociais que envolvem a língua escrita” (Soares, 2008, p.36).

Apesar da condição de analfabetos, é comum que apresentem níveis de letramento no que diz respeito à cultura escrita. Eles diferenciam letras de outros sinais gráficos, apesar de não lerem, identificam gêneros textuais de circulação social mais comuns e a finalidade desses, dentre outros aspectos que fazem parte do processo de alfabetização.

Freire (1989, p.13) aponta que para o processo de alfabetização “as palavras com que organizar o programa da alfabetização deveriam vir do universo vocabular dos grupos populares, expressando a sua real linguagem, os seus anseios, as suas inquietações, as suas reivindicações, os seus sonhos.”

Nesse sentido, a alfabetização na EJA adquire outra qualidade, em que a apropriação da leitura se vincula a uma nova condição humana, de pessoas com a

capacidade de se envolver e participar de práticas políticas, sociais e culturais com autonomia e domínio do sistema. Pode-se dizer, então, que os vínculos entre alfabetização de adultos e libertação, emancipação, precisam se fazer presentes nas experiências de EJA.

Segundo Arroyo (2001), a EJA é ancorada em uma visão totalizante do jovem e do adulto como ser humano com direitos, sujeitos que trazem uma bagagem cultural e uma vivência ampla. Assim, alfabetizar na EJA é contribuir para a formação do sujeito como um ser pleno, social, cultural, cognitivo, ético.

Se a alfabetização em si já é um desafio, o fechamento da escola ampliou ainda mais as dificuldades de acesso e de mediação da aprendizagem. Nas escolas municipais de Belo Horizonte que atendem a EJA, várias estratégias foram implementadas, como a disponibilização de atividades impressas, uso da mídia (google class, facebook, site da escola, meet, whatsapp), telefonemas para os estudantes.

Infelizmente um número pequeno conseguiu dar continuidade a seus estudos através desses recursos. Muitos apontavam que, por não saberem ler e não poderem contar com alguém para ler para eles as coisas da escola, não conseguiam interagir com a proposta disponibilizada pelas escolas.

Encontros com educadores foram realizados mensalmente com o objetivo de socialização de experiências exitosas, a fim de ampliar as possibilidades de aproximação das propostas pedagógicas aos educandos. Tal ação foi significativa, mas o quantitativo de estudantes que novamente foram afastados da escola continua sendo alto. A esperança atualmente é que, com a ampliação da imunização por meio da vacina, em breve esses estudantes possam voltar às salas de aula, uma vez que ficou evidenciado que o educador tem grande função nesse processo de mediação para a aprendizagem da leitura e escrita e é preciso que ele esteja presente, fisicamente.

## **Metodologia**

Para a construção do artigo apresentado pautamos-nos em pesquisas bibliográficas relacionadas, sobretudo, à temática EJA e alfabetização. Foi realizada também pesquisa de campo, por meio de observação das ações oferecidas no ensino

remoto, diálogos nos encontros formativos com os professores e escuta de alguns estudantes de turmas de alfabetização da EJA.

## **Resultados e Discussão**

Ainda não há dados numéricos exatos sobre os impactos do fechamento das escolas no processo de alfabetização dos sujeitos da EJA. Entretanto, por meio da vivência na escola e de participação em grupos de formação de professores alfabetizadores da EJA junto a pessoas envolvidas com a gerência de educação de EJA do município, fica clara a dificuldade de mediação dos processos educativos junto a esses sujeitos, dados aspectos como falta de autonomia para envolvimento em atividades escritas, falta de acesso e domínio da tecnologia, falta de alguém com paciência para explicar a atividade e orientar a execução. Em conversas com os estudantes alfabetizando, fica clara a expectativa do retorno ao ensino presencial para que tenham continuidade nos estudos.

## **Considerações Finais**

O cenário de pandemia aumentou ainda mais, em nosso país, as desigualdades sociais. Os sujeitos das camadas populares (principais atendidos na EJA) se viram em situação de desemprego, de fome, de perda de moradia e de perda do espaço físico da escola.

Para além disso, o estar fora da escola física implicou em uma distância maior de um sonho: poder ler e escrever com autonomia. As estratégias utilizadas pelas escolas na busca por atender esses sujeitos remotamente, muitas vezes, não foram eficazes diante do desafio de situações que não contribuem para o desenvolvimento das habilidades necessárias à alfabetização.

Se alfabetizar os sujeitos da EJA já é desafiador em si, no contexto remoto isso fica mais evidente. Foi possível identificar os esforços para que o estudante não desistisse, com cuidado para a diversidade de acolhimento e metodologias. Entretanto, sendo essas estratégias remotas e dada a necessidade que os alfabetizando têm de uma mediação por alguém alfabetizado, para muitos, o sonho de saber ler e escrever foi, mais uma vez, adiado e frustrado.

## Referências

ARROYO, Miguel. A Educação de Jovens e Adultos em tempos de exclusão. In: Revista de Educação de Jovens e Adultos – RAAAB, São Paulo, n 11, abr 2001.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Educação - SMED. **Proposições Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: SMED, 2016.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1989.

HADDAD, Sérgio (Coord.) **Educação de jovens e adultos no Brasil (1986 - 1998)**. Brasília: MEC/INEP, 2002.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Presença pedagógica**, Belo Horizonte, v. 14, n. 81, p. 23-37, maio/jun. 2008.